

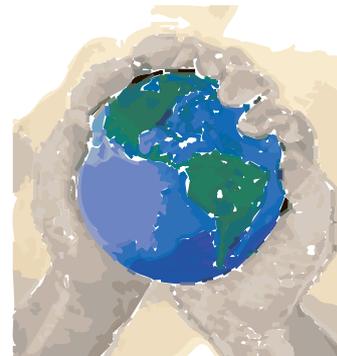
Encontro Latino de Cultura
e Socioeconomia Solidárias
Porto Alegre, 02 a 09 de agosto de 1998

Construindo

a Socioeconomia Solidária

do Espaço

Local ao Global



Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias
Porto Alegre, 02 a 09 de agosto de 1998

Construindo a
Socioeconomia Solidária
do Espaço Local ao Global

Ficha Técnica:

PACS - Instituto Políticas Alternativas
para o Cone Sul
CNPJ.: 31.888.076/0001-29
Av. Rio Branco, 277 / 1609 Centro
CEP 20.040-009 Rio de Janeiro/ RJ
Telefax: (0xx21) 2210-2124
Correio Eletrônico: pacs@pacs.org.br
Sítio do PACS: www.pacs.org.br
Sítio do Pólo de Socioeconomia Solidária:
www.socioeco.org

CASA

Coletivo Autônomo de Solidariedade
Autogestionária, Rio Grande do Sul, Brasil
Frank Volcan - Luis Antônio Pinheiro
Correio Eletrônico: pinheiro@ez-poa.com.br

Série: Semeando Socioeconomia
Nº 1 - Encontro Latino de Cultura
e Socioeconomia Solidárias
Construindo a Socioeconomia Solidária
do Espaço Local ao Global

Equipe Técnica:

Marcos Arruda, Sandra Quintela,
Ruth E. Soriano Souza

Redação: Participantes do Encontro Latino de Cultura
e Socioeconomia Solidárias - Porto Alegre, agosto
de 1998.

Revisão:

Lycia Ribeiro

Projeto Gráfico e Capa:

Gabriela Caspary Corrêa

Fotolito:

Pigmento

Impressão:

Teatral

Apoio:

Fundação Ford
Fundação para o Progresso Humano

ENCONTRO LATINO DE CULTURA E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIAS, 1998, Porto Alegre.

Construindo a socioeconomia solidária, do espaço local ao global.; relatório do encontro, redigido pelos participantes do encontro. Rio de Janeiro, PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul/CASA - Coletivo Autônomo de Solidariedade Autogestionária, s.d.

80p. (Série: Semeando a Socioeconomia, 1).

Socioeconomia Solidária. I. PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. II. CASA - Coletivo Autônomo de Solidariedade Autogestionária. III. Título. IV. Série.

ISBN 85-89366-07-3

Sumário

Apresentação 05

Conceitos

Precisando	07
Socioeconomia	07
Trabalho	09
Educação	11
Desenvolvimento Local	13
Solidariedade	15
Cooperação	16
O Feminino e a Nova Cultura	16
Poder	17
Outros Conceitos	18

Estratégias

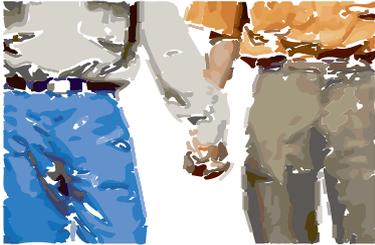
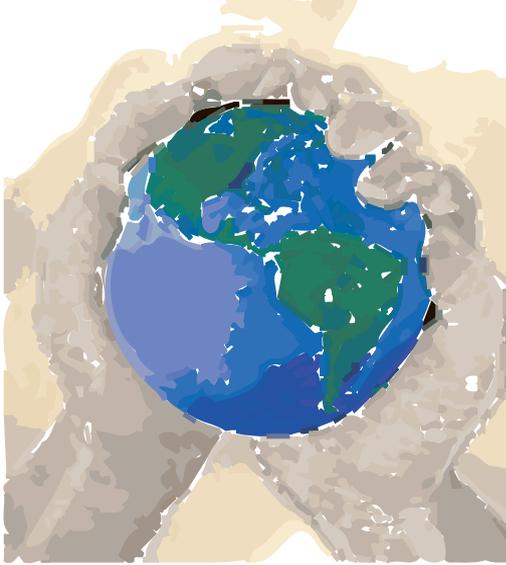
Geral	19
Desenvolvimento Local	20
Comercialização	23
Instrumentos Financeiros	25
Organização, Redes e Comunicação	26
Educação, Formação e Desenvolvimento Pessoal	28
Assessoria e Serviços	29

Táticas

Grupo Comercialização	31
Grupo Assessoria e Serviços	31
Grupo Educação	31
Grupo Sindicalismo- Produção Urbana-Produção Rural	32
Grupo Crédito	33
Grupo Desenvolvimento Local	34
Grupo Aliança Século XXI	35

Anexos

Carta Porto Alegre	37
Entidades Participantes	39
Lista de Participantes	40



Apresentação

Este documento de trabalho tem como finalidade compartilhar entre todos nós, que participamos do Encontro de Porto Alegre, e com inúmeras outras pessoas e entidades que não estiveram presentes nele, um resumo das idéias, propostas e planos que emergiram do Encontro e que nos comprometemos a pôr em prática a partir daquela data.

O Encontro foi um evento humanamente muito rico. Influuiu positivamente na vida de muitos de nós. Deixou marcas profundas e gerou laços que têm se estreitado ao longo do tempo que o sucedeu. Mas muito mais precisa ser feito para colocar em prática tudo aquilo que nos comprometemos a realizar.

Nós o chamamos Documento de Trabalho porque não é um texto terminado, mas em processo de elaboração coletiva. Pretende apenas mostrar até onde havia chegado nossa

reflexão naquele momento, e quais os compromissos que assumimos visando dar seguimento ao Encontro. Enfim, quais os passos necessários para tecer, paciente e persistentemente, uma Rede de Socioeconomia Solidária em nível de cada país, do continente e do planeta. Ficou evidente que a Aliança por um Mundo Responsável e Solidário oferece um contexto favorável para essa construção.

Desde a data do Encontro, muitas iniciativas foram tomadas. Temos buscado compartilhá-las com todos e todas, sobretudo por correio eletrônico. Estamos dispostos a dar quaisquer detalhamentos aos que se interessem, bastando para isto que nos escrevam.

O Capítulo Conceitos sintetiza a definição que elaboramos conjuntamente de alguns dos termos-chave da Socioeconomia Solidária. De um modo bastante explícito eles servem de





enunciado dos próprios objetivos da proposta de uma Rede. As definições que apresentamos são apenas tentativas, fundadas na nossa experiência e reflexão, abertas a toda contribuição de parceiros e parceiras que visem enriquecê-las e aprofundá-las.

O Capítulo Estratégias enuncia as diretrizes de médio e longo prazo que definimos como caminhos privilegiados visando a realização dos nossos objetivos. Têm dupla utilidade. Servem de guia tanto para as entidades participantes, no âmbito específico das suas ações, quanto para a Rede como um todo. Esperamos que os futuros Encontros que realizarmos, seja em nível temático, em nível dos países, regiões ou planeta, vão incluindo nos seus programas uma avaliação desta caminhada e um planejamento que implique na correção dos seus rumos e no detalhamento da sua implementação, de modo a adequá-las à realidade de cada país e de cada campo temático.

O Capítulo Táticas formula os passos imediatos e específicos a dar no sentido de ir realizando no cotidiano a caminhada enunciada nos Conceitos e nas Estratégias. As repetições que

existem no texto resultam de termos buscado ser fiéis ao relatos dos grupos, e revelam uma grande convergência de perspectivas entre eles.

Lamentamos o atraso na publicação deste documento. Sabemos que vem causar prejuízo para o conjunto dos participantes e para o movimento de construção da Rede. Convidamos todas e todos a ler o documento com atenção e discuti-lo com seus companheiros e companheiras de trabalho. Gostaríamos de pedir-lhes para compartilhar com toda a Rede as iniciativas que decidam tomar para implementar essas diretrizes de ação. Os meios de elaboração e de comunicação disponíveis hoje são muitos: fichas sintetizando idéias, textos e experiências, informes de atividades, artigos, bibliografias comentadas, etc., que podem ser compartilhadas por correio comum ou eletrônico, mais os sítios da Internet, como o do PACS/PSES, o da Aliança, o de Ecoconcern, e outros.

Estamos disponíveis para servir de referência para a divulgação de suas opiniões, comentários e sugestões para toda a Rede.

Conceitos

Precisando

Cumpre ressaltar, inicialmente, que muitos conceitos carregados de conteúdo libertador são apropriados pela cultura capitalista, que passa a usá-los, mas esvazia-os do seu conteúdo original. Por isso a importância de recriá-los permanentemente. Nosso esforço no Encontro, incorporado neste documento de trabalho, visou refletir juntos sobre os termos socioeconomia, trabalho, educação, desenvolvimento local, solidariedade, cooperação, feminino, poder, dando-lhes um conteúdo conceitual coerente com a visão e os princípios que orientaram o Encontro.

Socioeconomia

■ A Socioeconomia Solidária, em suas mais diversas formas, é um modo de viver que abarca a integralidade do ser humano.

■ Adotamos este termo porque ele designa a subordinação da economia à sua finalidade, que é prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano.

■ O valor central da socioeconomia é o trabalho humano, não o capital e sua propriedade. Ao acolher e integrar de uma só vez cada pessoa e toda a coletividade, a socioeconomia resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado.

■ A referência da socioeconomia é cada sujeito e, ao mesmo tempo, toda a sociedade, concebida também como sujeito. Portanto, a eficiência econômica não se deixa limitar pelos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.



■ Posta nestes termos, a socioeconomia apresenta as seguintes exigências:

▶ Construir-se a partir do local e do micro, em um processo que venha de baixo e de dentro, até o nível global e macro.

▶ Desenvolver tecnologias, metodologias, “a ciência”, além de linguagens e modos de relação interpessoal que sejam coerentes com os seus objetivos.

▶ Elaborar a sua própria prática e a sua própria definição de mercado, incluindo nelas os valores da solidariedade, da reciprocidade e da co-responsabilidade; e, em decorrência disso, dar um novo conteúdo e sentido ao dinheiro.

▶ Alimentar-se por processos educativos que desenvolvam nos sujeitos a consciência de que são produtores e consumidores e, além disso, geradores de suas próprias necessidades.

▶ Introduzir-se nos programas e currículos dos processos educativos, desde o início dos mesmos e de forma continuada.

▶ A consciência de que são os próprios sujeitos os geradores de suas próprias necessidades se põe como linha estratégica importante à socioeconomia na medida em que, significando o empoderamento dos sujeitos, lhes permite pôr limites ao seu consumo e viver segundo a ética do suficiente, da frugalidade, da simplicidade voluntária e da co-responsabilidade.

▶ A Socioeconomia Solidária, como uma nova forma de produzir, consumir e distribuir, não teme se propor como alternativa viável e sustentável de satisfazer as necessidades da população e da humanidade.

▶ A Socioeconomia Solidária está voltada para o desenvolvimento da ciência, visando primeiramente o autoconhecimento do ser humano enquanto pessoa, sociedade e espécie, e o conhecimento da realidade do mundo. Busca também o progresso na aplicação do conhecimento (tecnologia) que interaja de forma não predatória e sustentável com o meio ambiente, e que logre libertar cada vez mais o tempo de trabalho humano da produção orien-



tada para satisfazer as meras necessidades de sobrevivência.

▶ O termo socioeconomia solidária poderia ser ampliado para “socioeconomia recíproca” e, talvez, se irmanar com o conceito de “economia popular”.

▶ A Socioeconomia Solidária é fundamental para modos de vida que abarquem a integralidade do ser humano e o respeito ao meio ambiente.

▶ Propomos incorporar o solidário no próprio título, contrapondo-o ao termo economia de mercado, e afirmando assim o modo de relação que caracteriza esta socioeconomia, a solidariedade. Portanto, Socioeconomia Solidária.

Trabalho

■ Presente na história humana desde o início da nossa espécie como a ação das mulheres e homens buscando responder às suas necessidades, o trabalho se incorporou nas sociedades humanas como um processo social permanente.

■ Ante a confusão de conceitos e termos usados para designar o trabalho, tais como ocupação, emprego, etc., rechaçamos a redução do trabalho humano como restrito apenas às atividades remuneradas pelo mercado, demarcadas por um horário e limitadas nos compromissos, normalmente identificadas como emprego. Reconhecemos a necessidade de resgatar a raiz histórica do sentido do trabalho e a sua dimensão humanizadora.

■ Entendemos assim o trabalho como toda ação e processo transformador, criativo, libertador, orientado para o desenvolvimento da própria pessoa, de outras e da sociedade humana, pessoal e socialmente responsável, em um sentido integrador de cada um consigo mesmo, com cada outro, com a sociedade e com a Natureza.

■ Devemos levar em conta que tecnologias instrumentais podem tanto estar a serviço desse desenvolvimento integrador, como estar favorecendo outros valores e interesses, como os da primazia do lucro, da exploração predatória de outros seres humanos e da Natureza. Assim, cum-



pre criarmos e inventarmos tecnologias apropriadas e conviviais.

■ Passa, portanto, a ser parte de nossa definição de trabalho toda forma de saber e de fazer humano, objetiva e subjetiva, remunerada e voluntária, pessoal e coletiva. Trabalho é um valor de resposta a necessidades pessoais, comunitárias e sociais, sem que haja a necessidade obrigatória de um benefício econômico. Depende da iniciativa de cada uma e de cada um. Vai mais além da tarefa realizada profissionalmente: entra no campo do ideológico, da realização pessoal, da consciência de prestar um serviço a si próprio e à comunidade.

■ O trabalho é a forma produtiva ou criativa de construir e transformar a realidade que, ao mesmo tempo, nos constrói e nos transforma a nós mesmos.

■ O trabalho, inclusive aquele que é remunerado, deve proporcionar satisfação e dignidade; deve ser formativo; deve contribuir com a evolução humana, favorecer a cooperação, ser uma experiência fundamental de cidadania responsável e de criatividade. Para

aquelas tarefas em si mesmas insatisfatórias, temos que organizar a sua distribuição equitativa.

■ O trabalho deve permitir que se exteriorizem as potencialidades de cada pessoa e coletividade, respeitadas a diversidade e as diferentes identidades.

■ O lazer e o tempo livre são igualmente imprescindíveis em uma concepção integral do fazer humano: são um contraponto fundamental para o trabalho de desenvolvimento pessoal e cultural.

■ Constatamos que as formas de trabalho associativas e cooperativas integram o protagonismo da pessoa, o reconhecimento de seu pertencimento a um projeto social e a realização não só da produção estrita mas também da gestão e da tomada de decisões dentro de um sistema de autogestão generalizada.

■ Reconhecemos, ao mesmo tempo, como necessária e atual a luta pelo emprego digno. E temos que estar alertas para que o nosso conceito de trabalho não sirva ao discurso que



justifica a exploração auto-assumida e a desistência de direitos históricos dos trabalhadores, como o direito ao emprego e à remuneração condigna.

■ Existem diversas atividades não remuneradas - tais como o trabalho de inúmeras mulheres, adolescentes e crianças – que desempenham um papel importante, e até fundamental, na sociedade; é necessário e urgente desenvolver para elas políticas adequadas de remuneração. Identificamos que não apenas bens e riquezas materiais, mas também produtos imateriais, culturais, e mesmo a educação dos seres humanos, o conhecimento e sua aplicação, são frutos do trabalho de redes de pessoas conectadas no tempo e no espaço (trabalho social). Destacamos, portanto, que mediante a democratização dos benefícios decorrentes dos aumentos da produtividade se poderia e deveria remunerar toda e qualquer forma de trabalho.

■ Propõe-se como necessária uma definição do trabalho a partir de uma visão humanista e não economicista. Por ela o trabalho se põe como relação essencialmente humana. O tra-

balho humano, ao mesmo tempo, se substancia no estabelecimento de contratos que regulam o intercâmbio entre pessoas, empresas, Estados, nações, e entre elas e a natureza. Portanto, os termos destes contratos devem estar submetidos a uma constante avaliação. Isto nos permitiria uma melhor distribuição das energias e dos recursos.

■ Além do mais, este intercâmbio haverá de ser igualitário em termos de gênero, e sustentável em termos socioambientais, cabendo à sociedade assumir coletivamente a responsabilidade por isso. Buscar a máxima eficiência do sistema como um todo, e não apenas da pessoa ou da empresa isoladamente.

Educação

■ Num sentido libertador, a educação é o processo de construção da consciência, dos valores e das capacidades para o desenvolvimento progressivo e permanente das pessoas e das coletividades humanas enquanto sujeitos ativos e conscientes de seu próprio desenvolvimento pessoal e social e de sua própria edu-





cação, acolhendo e potenciando toda a diversidade humana.

- Trata-se pois de um processo horizontal, continuado e permanente que se dá com base na própria vida e a partir do intercâmbio de experiências, não meramente nas formas institucionalizadas.

- Assim, definimos como características dessa educação:

- ▶ Que se tenha como ponto de partida a própria vida, o trabalho e o saber acumulado de cada sujeito e da comunidade;

- ▶ Que o processo educativo seja integral, incluindo todos os aspectos da vida e as dimensões objetivas e subjetivas do ser humano;

- ▶ Que neste processo se pratiquem todos os valores humanos inerentes a uma formação integral, tais como a cooperação, a co-responsabilidade, a autonomia, a solidariedade e a amizade;

- ▶ Que não seja um aprender “para”, nem se

confunda com aprendizagem técnica, mas que as próprias vivências se convertam em aprendizagem;

- ▶ Que se ensine a pensar e não o que devemos pensar;

- ▶ Que a construção dos currículos e programas seja feita de forma interdisciplinar;

- ▶ Que se construa e se pratique uma metodologia coerente com esses objetivos;

- Para tanto, é necessário que as pessoas que se dedicam à educação;

- ▶ Aprendam a partir da convicção de que os sujeitos trazem potenciais de bondade, consciência, entendimento, autonomia e solidariedade, e que seu trabalho de educadores consiste em ajudá-los a descobrir e a desenvolver esses potenciais;

- ▶ Aprendam a se educar continuamente ao lado dos sujeitos, não adiante deles;

- ▶ Sejam capazes de articular a teoria à prática;

▶ Sejam capazes de educar mais pela coerência de suas atitudes e por sua prática do que meramente por palavras.

▶ Esse processo educativo continuado tem como um dos seus objetivos principais a criação de uma mentalidade e prática distintas das atuais, de tal modo que se faça possível a construção de uma nova realidade socioeconômica e cultural solidária e sustentável. Pois consideramos que essa coerência é um elemento básico de qualquer atividade social orientada para a edificação de uma nova sociedade.

▶ Nesse sentido, ressaltamos a importância de se lutar pela implantação dessa forma de educação integral em todos os espaços: formais, informais e alternativos.

Desenvolvimento Local

■ Compreendemos desenvolvimento como o processo de pôr em prática os potenciais inerentes a cada pessoa e à coletividade humana. Assim entendido, o desenvolvimento só pode ter como sujeito a própria pessoa e a coletivi-

dade. Trata-se de um processo qualitativo, em contraposição ao de crescimento, que tem um caráter essencialmente quantitativo.

■ Desenvolvimento local significa, portanto, o processo de construção consciente, integral e integrador de grupos humanos, e de sua transformação em comunidade cidadã, ativa e participativa. Este processo resulta no empoderamento da comunidade.

■ Daí ele apresentar as seguintes exigências;

▶ Ter como valor básico o respeito à diversidade humana e ambiental que o constitui, buscando gerar acordos e consensos ativos e democráticos, com base no diálogo e na negociação, e não na imposição.

▶ Conceber-se como desenvolvimento integral, isto é, que envolve e interconecta conscientemente todos os aspectos da vida de cada pessoa e da comunidade, e todas as dimensões, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, que constituem a realidade do ser humano.

▶ Conceber-se como desenvolvimento



sustentável, utilizando os recursos e fontes energéticas de tal forma a garantir sua renovação permanente, e sua viabilidade para as gerações atuais e também futuras.

▶ Conceber-se como um processo permanentemente educativo, de construção de sujeitos conscientes e ativos.

▶ Constituir-se como a estratégia de toda a população – e não apenas do Estado e das empresas privadas; portanto, todos devem ter acesso aos bens e recursos produtivos e o poder para definir e realizar projetos e dar resposta aos problemas, inclusive os que se situam num nível mais amplo que o local.

▶ Responder de maneira solidária às necessidades básicas de toda a população - educação, saúde, habitação, segurança, ... - através de uma planificação que abarque todos esses aspectos e dimensões.

▶ Articular-se conscientemente com outras comunidades e nações, respeitando as diferenças culturais, sociais e econômicas, e buscando valorizar a diversidade e articular criativamente as complementaridades.

■ A planificação do desenvolvimento local abarca e implica muitos aspectos que se inter-relacionam: produção, intercâmbio, consumo, crédito, saúde, educação, recursos, administração, etc., exigindo que sejam respeitadas as diferenças culturais, sociais, econômicas, de gênero, etc.

■ Os desafios ambientais devem estar no centro de todos os temas e processos do desenvolvimento socioeconômico e em seus diferentes níveis. Uma sociedade nunca será solidária se não está construída a partir de uma economia harmônica com a Natureza e de processos de desenvolvimento local auto-sustentado. Nem o desenvolvimento local será eficiente e sustentável se não estiver articulado com o de outras comunidades, de forma complementar e intencionalmente solidária. É fundamental a luta por esses objetivos e a defesa dos pequenos avanços obtidos.

■ Desenvolvimento local é impossível sem constante negociação com o Estado, e pressão e fiscalização sobre ele. Neste aspecto político do desenvolvimento local, destaca-se a necessidade de relação contínua e transparente entre Estado e sociedade civil.

■ Temos que levar em conta que o local é o espaço de onde podemos impulsionar os projetos coletivos da maneira mais integral e diretamente democrática.

■ Propomos designá-lo como desenvolvimento local integral e sustentável.

Solidariedade

■ A referência básica da solidariedade, como seu fundamento natural, é o reconhecimento de que estamos todos interconectados entre nós e com todo o Cosmos. A solidariedade se torna consciente quando implica a acolhida e o respeito ao Outro, em sua unicidade e em sua autonomia. Este é o seu fundamento ético.

■ A solidariedade não se confunde com qualquer forma de sectarismo, corporativismo ou egoísmo coletivo. Os interesses coletivos não podem depender dos interesses individuais, nem tampouco podem passar por cima deles. Interesses individuais e solidariedade devem ser combinados de forma dinâmica, dialógica e inteligente, com base na consciência de que

somos ao mesmo tempo indivíduo e coletividade, seres humanos e natureza.

■ A solidariedade supõe compromisso que se pratica e é algo mais que um conceito, é uma sensibilidade que origina formas de viver nas quais a pessoa, sempre que necessário, é capaz de renunciar ao seu próprio interesse em favor do interesse, bem-estar e progresso de outros ou da coletividade.

■ Um valor-chave da solidariedade, do ponto de vista ético, é a receptividade em relação a cada outra pessoa e coletividade, e a reciprocidade, ou o fato de que dando se recebe, ensinando se aprende.

■ Temos todos, e cada um, algo a dar e a receber. Por isso a solidariedade é necessária e não pode estar baseada em relações paternalistas nem de subsidiaridade.

■ Do ponto de vista da Socioeconomia Solidária, a coisa pública não pode ser tomada unicamente como responsabilidade do Estado, mas todas as pessoas e comunidades são co-responsáveis, de tal forma que se superam as





relações de dependência e paternalismo do Estado.

- A solidariedade é um valor intrínseco do ser humano, ainda que o conservadorismo neoliberal oculte isso com a afirmação totalitária do individualismo e do egoísmo.

- A solidariedade implica respeitar as diferenças e aproveitar as complementaridades; supõe a co-responsabilidade no processo de transformação global do mundo.

- A solidariedade inclui converter a propaganda e o marketing em ação comunicativa e reciprocamente educativa.

Cooperação

- Entendemos cooperação como um ecossistema vivo no qual todos nos complementamos uns com os outros, sem que nos desclassifiquemos mutuamente mas, ao contrário, nos equilibramos, somamos e potencializamos. Esta soma tende sempre a crescer ou a transformar-se, não

como a competição, na qual uns devoram os outros e o conjunto se enfraquece.

- A cooperação, inclusive e sobretudo no aspecto econômico, é mais eficaz que a competição. “Operar juntos, trabalhar juntos”, posto que somos naturalmente interconectados, como num só organismo. A cooperação integra e inclui, enquanto a competição desagrega e exclui.

- Na transição de uma economia competitiva para uma socioeconomia cooperativa, é preciso reconhecer que tanto a cooperação como a competição envolvem contratos de intercâmbio. Só pode haver resultados benéficos para os que cooperam ou competem se existem regras e regulamentos mutuamente acordados, e sanções para os que as violam.

O Feminino e a nova Cultura

- A fim de incorporar os valores femininos à política e à sociedade, é necessário um processo para que toda a energia criativa, amorosa,

protetora e trabalhadora que agora costuma caracterizar o feminino, chegue a ser algo assumido por todo o gênero humano, para superar o patriarcalismo dominante e empobrecer e criar uma comunidade na qual se reflita toda a diversidade humana.

■ A perspectiva de gênero na Socioeconomia Solidária valoriza a riqueza da diversidade e da complementaridade do feminino e do masculino, assim como a igualdade de direitos de mulheres e homens. Isto implica criar as condições objetivas e subjetivas para que as mulheres possam realizar-se plenamente enquanto sujeitos dos seus espaços de existência.

Poder

■ Definindo o poder que queremos, constatamos que está dentro de nós um tipo de poder que se manifesta em nossas relações conosco próprios, com os outros e com a sociedade. Devemos desenvolver uma filosofia do conflito, que é intrínseco à diversidade, e, ao mesmo tempo, evitar as confrontações e as lutas de poder nas relações.

■ Precisamos tomar consciência do poder que há em nós mesmos e na comunidade. Não há que se esperar a tomada do poder político para mudar a realidade. Enquanto cidadãos e sociedade temos de utilizar já o que já temos.

■ O poder político não está só no Estado - sem tirar a importância do papel que o Estado cumpre com suas políticas que, quer queiramos ou não, nos afetam: políticas de emprego, de crédito, de distribuição fiscal, de infra-estruturas, etc. O poder político deve estar regido e consensuado pela sociedade civil, o cargo eleito é um mero executor das decisões do povo.

■ Assim, uma tomada do poder político será para mudar as relações de poder, para edificar formas de democracia, participação e vigência dos direitos humanos que abracem também o socioeconômico e o cultural, promovendo cada cidadã e cidadão e a sociedade inteira a protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

■ É preciso confrontar o poder centralizado dos meios de comunicação com o de um





“modelo” novo e democratizado de cultura, que dê voz aos sem voz e dê resposta às suas inquietudes.

- É necessário uma revolução ética, que não pode ser imposta. Deve ser o resultado de um processo que requer a educação da população.

Uma Formulação Alternativa a este Conceito

- Tomar consciência e tentar concretizar o poder que há em nós.

- O poder é uma relação social, não uma “coisa” que se pode tomar com um ato.

- A transformação social implica um processo de construção de um poder alternativo no conjunto dos espaços da sociedade (família, escola, produção, nacional e mundial).

- É também um processo de socialização do político e do saber, que requer uma revolução cultural e ética da vida cotidiana.

- A socialização integral é uma apropriação autônoma, democrática e coletiva, na perspectiva da construção de um espaço público não-estatal, combinando democracia direta e representativa.

Outros Conceitos

- Com a preocupação de edificar os conceitos libertadores que nos sirvam de referência, se assinala a necessidade de aprofundar mais os seguintes termos:

O Mercado

A Autonomia

O Humano

O Imaginário

A Política

A Democracia

Estratégias

Geral

■ Para qualquer processo de transformação da sociedade não se pode limitar a atuação e influência apenas a alguns campos ou aspectos determinados da vida social, nem se deixar reduzir apenas ao âmbito da economia social. É preciso que sua incidência se globalize para toda a sociedade em todas as suas estruturas: economia, instituições, educação, saúde, formação, comunicação, sociedade civil, política, sindicalismo, segurança, etc. Essa ação parte de experiências micro, presentes em todos os espaços da sociedade, mas portadoras de conteúdos mais amplos, que vão se construindo por meio de alianças a partir do local.

■ Assim, as dimensões todas da vida social são entrelaçadas e interativas, e as políticas para transformá-las também devem sê-lo.

● A dimensão educativa:

▶ O primeiro passo desse processo de desenvolvimento transformador é a motivação dos distintos agentes sociais que nele intervêm. Para isso, é importante que se conheçam as diversas experiências de base para que se estabeleçam os possíveis intercâmbios.

▶ É preciso partir da sistematização dessas experiências, em seus êxitos, fracassos e dificuldades, para se acumular e socializar esses conhecimentos e aprendizagem.

▶ É importante assegurar, também, que os agentes sociais tenham explicitado em seus projetos a dimensão educativa.

● A dimensão da socioeconomia:

▶ As iniciativas econômicas, comerciais e financeiras devem estar coerentes com as estratégias de como produzir e consumir de maneira responsável, sustentável e solidária, como poupar e fazer trocas de maneira justa, etc.



▶ Mais que se deixar limitar quanto a seu campo de ação, a socioeconomia deve avançar para todos os terrenos, conforme com os seus critérios. Assim, no campo financeiro, por exemplo, não nos limitamos apenas ao crédito, mas devemos avançar também para os campos da poupança, do investimento, dos seguros, das pensões, etc.

● A dimensão política:

▶ Trabalhar as diferentes maneiras de se construir projetos, articulando os diferentes níveis da ação política, relacionados necessariamente com o projeto maior no qual se inserem (níveis: regional, nacional, global) a fim de se chegar a influir no macro.

▶ Trabalhar pela democratização do Estado, em todas as suas dimensões, e pela recuperação de seu poder e dever de regulação dos mercados e do investimento, de redistribuição de benefícios e resultados do trabalho social, de provedor de serviços sociais e de articulador da diversidade humana e social que constitui a população.



▶ Pressionar por políticas coerentes com uma dupla estratégia: uma, emergencial, para enfrentar as necessidades e problemas imediatos da maioria; e a outra, para a superação das raízes da opressão e do empobrecimento.

Desenvolvimento local

Objetivo - Para a socioeconomia, o desenvolvimento tem como objetivo estratégico o florescimento e a reprodução qualitativamente ampliada e sustentável da vida e dos potenciais inerentes às pessoas e coletividades, não a ganância nem o acúmulo de bens e dinheiro. A economia é apenas um dos aspectos da vida em sociedade a ser desenvolvido, ligado mais que tudo à criação dos meios de sobrevivência material da humanidade. O desenvolvimento econômico só faz sentido se estiver servindo de meio para o desenvolvimento do ser humano e todos os seus potenciais - individuais, coletivos e de espécie.

Características

● Do local:

- ▶ O espaço-território é chave nesse processo;
- ▶ É desde onde se constróem as alternativas e se faz confluír as diversas políticas;
- ▶ É o entorno básico para os processos de socialização e desenvolvimento da identidade cultural;
- ▶ É a base sobre a qual se torna possível a ação que transforma os grupos espontâneos em comunidades humanas solidárias.

- Do desenvolvimento:

- ▶ O desenvolvimento deve ser concebido de maneira integral, tendo em conta a diversidade e baseando-se, necessariamente, numa relação respeitosa e sustentável entre a socioeconomia, o meio ambiente e as culturas;
- ▶ Os processos de desenvolvimento passam, também, necessariamente, pela abordagem efetiva da questão de gênero, que é um dos aspectos da diversidade e da complementaridade que caracterizam a existência humana.

Estratégia

- O desenvolvimento local deve buscar ser

autosustentável e, o quanto possível, autosuficiente, nos aspectos produtivo, distributivo, comercial e financeiro. O meio para isso é uma estratégia de redução progressiva da dependência de fatores externos e uma crescente complementaridade com relação às outras experiências solidárias de desenvolvimento local.

- Para se assegurar a continuidade e a independência dos processos, apesar e à margem das mudanças dos governos locais e com uma visão de longo prazo, o desenvolvimento local exige um projeto de mudança social, econômica e política, o que depende muito da autonomia das organizações.

Para isso, é necessário,

- Do ponto de vista socioeconômico:
 - ▶ Identificar os espaços sociais, culturais, temporais e também os físicos, e articular as experiências em todos os níveis, levando em conta todas as potencialidades;
 - ▶ Implicar os diversos aspectos que se inter-





relacionam: tais como, a produção, a comercialização, as finanças e a moeda, os recursos naturais, o tipo de governo, a educação, as condições de saúde, etc.;

- ▶ Assegurar a viabilidade econômica dos projetos de desenvolvimento local;

- ▶ Estimular as atividades produtivas, a exemplo da agricultura orgânica e sustentável, da reciclagem de resíduos, etc., como formas eficazes de colaborar com a manutenção do meio ambiente, com a consciência dos limites dos recursos disponíveis e da responsabilidade frente às futuras gerações;

- ▶ Implantar, progressivamente, um distintivo (selo) de denominação de origem e qualidade, onde for possível.

- Do ponto de vista político:

- ▶ Tendo em conta a relação e os distintos níveis de dependência com o Estado e os condicionamentos internacionais, apropriar-se e/ou criar o “espaço público” a partir das diferentes formas de auto-organização dos cidadãos, construindo progressivamente a democratização do poder público;

- ▶ Promover a autogestão do desenvolvimento das comunidades, que implica na participação plena da população em todo o processo, e na autonomia das organizações;

- ▶ Melhorar a interrelação entre os distintos atores que intervêm nos espaços local, nacional e global, configurando novas formas de articulações nas quais se façam presentes todos os aspectos.

- Do ponto de vista educativo:

- ▶ Manter a relação entre o crescimento pessoal e o coletivo, assegurando-se a dimensão educativa em todos os processos;

- ▶ Promover as pessoas como protagonistas, buscando um equilíbrio entre o respeito às distintas identidades (culturais, de gênero, pessoais) e a construção cívica coletiva, em um processo de interculturalidade, respeito e solidariedade;

- ▶ Abordar efetivamente a questão de gênero, o que inclui todas as tarefas tidas como do âmbito doméstico.

- ▶ Além disso, a fim de incentivar a criatividade e a inovação como condições necessárias

para o desenvolvimento local, utilizar metodologias de investigação reflexão participativas que permitam elaborar alternativas e gerar novas iniciativas; e potencializar a interconexão e a cooperação entre experiências de desenvolvimento local.

Comercialização

Objetivo - Criação de um espaço de intercâmbio responsável e solidário frente à globalização e à liberalização dos mercados que acumulam os recursos em poucas mãos.

Exigências

- Do ponto de vista socioeconômico:

- ▶ Partir das experiências concretas que funcionam.

- ▶ Trabalhar a mentalidade de que juntos, solidariamente, todos saem ganhando (“um por todos, todos por um”).

- Do ponto de vista político:

- ▶ Fortalecer o local como base de apoio às redes.

- ▶ As redes se implantam desde baixo, não de cima para baixo.

- Do ponto de vista educativo:

- ▶ Educação integral a partir da cultura, conhecimentos e experiência acumulada de cada um.

- ▶ A formação tem que abarcar: gestão, planejamento, produção, uso de técnicas, mercado, créditos, etc. Tem que ser tão integral quanto o ser humano que quer educar-se.

- ▶ Fortalecer o saber-fazer da Socioeconomia Solidária no sentido de que produtores e consumidores se encontrem e se entendam.

Estratégia

- Fortalecer as relações entre produtores e consumidores, e dos produtores entre si. Quer dizer, criar redes entre os diferentes elos do processo de produção e comercialização e fortalecer as redes já existentes.



Nesse sentido, é preciso:

- Do ponto de vista da socioeconomia:
 - ▶ Usar uma estratégia dupla: trabalhar tanto o mercado alternativo como o mercado capitalista. Dentro desta dupla estratégia, a produtividade, a qualidade, a competência técnica, de preços e de serviços são essenciais para poder se manter no mercado atual;
 - ▶ A preocupação com a eficiência não deve restringir-se ao empreendimento, mas deve estender-se igualmente ao conjunto do sistema socioeconômico, tendo como referência principal o bem-estar e a qualidade de vida de todas e todos os cidadãos;
 - ▶ Dar importância aos mercados locais;
 - ▶ Trabalhar para se estabelecer de forma cooperativa a infra-estrutura básica à comercialização, transporte, seguro, etc.;
 - ▶ Reforçar a cooperação comercial de nossas experiências para otimizar os recursos, obter vantagens cooperativas e diminuir os custos;
 - ▶ Investir na divulgação de nossos produtos e na informação sobre eles, incluindo a criação de marcas distintivas, que se refiram ao modo de produção justo e sustentável que lhes deu

origem, sua qualidade e os benefícios para produtores e consumidores;

- ▶ Criação de um distintivo (selo) de produto solidário.

- Do ponto de vista político:

- ▶ Pressionar por apoio aos produtos nacionais - que estão sendo substituídos pela importação e pela presença das empresas transnacionais - e por facilidades nos trâmites de exportação de produtos e importação de insumos;

- ▶ Utilizar nossos encontros para fazer contatos e fortalecer as redes.

- Do ponto de vista educativo:

- ▶ Insistir na necessária qualidade dos produtos e na profissionalização para se manter no mercado;

- ▶ Paralelamente à comercialização, há que se fazer um trabalho cultural com toda a população para que ela compreenda a proposta e a dinâmica da Socioeconomia Solidária (o poder do consumidor, consumo de qualidade, a ética do suficiente e da produção sustentável, etc.).

Instrumentos Financeiros

Objetivo - Trabalhar para conquistar e exercer o controle social dos destinos de nossas próprias finanças, criando estruturas de poupança e crédito controladas por nós mesmos.

Metodologia

● Como metodologia estratégica devemos ter em conta que:

- ▶ Trata-se de um processo educativo, de auto-aprendizagem, não de algo já terminado;
- ▶ Esses instrumentos não são um fim em si mesmos, mas apenas um meio;
- ▶ Não há oposição de interesses entre os que concedem e os que tomam empréstimos uma vez que ambos somos os mesmos.

Estratégia

- Do ponto de vista socioeconômico:
 - ▶ Fortalecer um processo de cooperação horizontal entre experiências solidárias, especialmente em redor dos seguintes pontos:

- ▶ Busca conjunta de mecanismos para melhorar a gestão;
- ▶ Aprofundar o critério de crédito/acompanhamento integral;
- ▶ Compartilhar idéias relativas a fórmulas imaginativas e flexíveis sobre:
 - As condições financeiras do crédito: interesse ético e econômico, garantias alternativas em relação às fórmulas tradicionais.
 - Critérios de atuação e assistência em caso de dificuldades por parte do projeto que recebeu apoio financeiro.
- ▶ Monitorar o grau de participação de todos os agentes, em dois níveis:
 - ▶ Nível do acompanhamento:
 - A concessão de um crédito não é um fim em si mesmo nem o processo se esgota aí: acompanhamento prévio, coetâneo e posterior.
 - Aprofundar-se mais sobre a compreensão que se tem do dinheiro por parte dos diversos segmentos culturais com que trabalhamos, e trabalhar por alternativas.





▸ Nível de decisão:

- Participação direta dos que prestam o apoio e dos empreendedores nos processos de tomada de decisão sobre o uso dos recursos financeiros, mediante critérios de desenvolvimento local integral, transparente e autogestionário.
- Ir além do próprio projeto e viver o processo coletivo.

● Do ponto de vista político:

▸ A socioeconomia quer promover novos programas de financiamento entre os organismos financeiros internacionais e os setores de economia popular, em condições compatíveis com estes setores.

▸ Pressionar para que a legislação permita a formalização de instituições financeiras alternativas, que possam captar recursos públicos e do público.

● Do ponto de vista educativo;

▸ Explorar e, se for o caso, praticar experiências concretas de cofinanciamento, como for-

ma de auto-aprendizagem compartilhada para se trabalhar efetivamente em rede.

* Devem ser priorizados projetos que contemplem a educação nos processos de capacitação e de formação profissional.

Organização, Redes e Comunicação

Objetivo - Promover o cooperativismo e o associativismo autogestionários, buscando o desenvolvimento de cada empreendimento e também a criação de múltiplas redes de interação, intercâmbio e comunicação entre esses empreendimentos.

■ Taticamente, a criação de espaços socioeconômicos solidários permite melhorar a posição de cada empreendimento frente ao mercado dominante e elevar suas possibilidades de sustentabilidade.

■ Estrategicamente, estes espaços servem como ambientes para a edificação de um paradigma socioeconômico, cultural e político alternativo ao paradigma dominante.

Estratégia

■ Criar as bases para formar um movimento articulado da Socioeconomia Solidária e recíproca. Que esse movimento se traduza numa articulação de redes horizontais e verticais, em diferentes setores econômicos, países e continentes, que atuem não somente no socioeconômico mas também no político, no cultural, no jurídico e no legislativo.

■ Fortalecer as redes já existentes entre experiências concretas similares, e estabelecer outras novas, de comercialização, saúde, educação, crédito, etc.

■ Necessitamos novas e diversas formas de organização cooperativa e associativa que sejam ágeis e inovadoras.

▶ Fortalecer o local como base de apoio às redes.

▶ Construir redes desde baixo.

▶ Partir de experiências concretas e similares que funcionam.

■ Estabelecer redes de intercâmbio bila-

terais, entre experiências similares, para as quais as despesas com transportes pudessem ser financiadas, ficando a estadia e a formação a cargo dos anfitriões, segundo as realidades e necessidades.

■ A partir de contatos já estabelecidos, estudar a viabilidade de intercâmbio bilateral também de produtos.

■ É necessário incrementar e tornar eficazes os intercâmbios entre todos e em todos os níveis, de modo que possamos transmitir e comunicar as nossas experiências, conhecimentos, métodos e estratégias.

■ Que sejam intercâmbios profundos e com acordos e contratos eficazes, garantindo o benefício recíproco e coletivo.

■ Garantir que circulem informações generalizadas e confiáveis, utilizando-se dos meios de comunicação e informática já existentes ou mediante novos meios, buscando-se a fórmula adequada para os distintos grupos, coletivos ou comunidades. Divulgar os êxitos dos





processos e iniciativas de cooperação e de solidariedade, não de competição.

- Recuperar o protagonismo da criação da comunicação que flua em múltiplas direções. Isto passa por abrir espaços nos meios de informação e por criar ou potenciar os meios alternativos, e não em sermos meros receptores de informações tendenciosas e apenas publicitárias.

- Estabelecer redes de comunicação

- ▶ Em nível bilateral, pelos sistemas habituais: Internet, Fax, Telefone
- ▶ Em nível de grupos: propõe-se a criação de um foro na Internet para comunicação e intercâmbio.

Educação, Formação e Desenvolvimento Pessoal

Objetivo - Prosseguir promovendo a educação, formação e capacitação de nós mesmos e de cada um,

- ▶ com base nos princípios do valor da pes-

soa, do desenvolvimento qualitativo e do aprender a ser (e não só a fazer),

- ▶ reforçando a formação integral da infância e da juventude,
- ▶ mediante uma metodologia cooperativa, ecológica e solidária,
- ▶ e dando importância ao autoconhecimento e ao trabalho psicológico.

Estratégia

- Formar quadros eficientes em nível empresarial, e que tenham um novo conceito de empresa, segundo o qual rentabilidade econômica, autogestão e progresso pessoal se encontrem reunidos.

- Profissionalizar mais a gestão técnica, sabendo que se trata de criar empreendimentos solidários num meio econômico hostil.

- Aproveitar, no âmbito da formação, a experiência e conhecimentos de quadros procedentes de outras empresas pequenas e médias, inclusive as que tenham, por diversas razões, fechado as portas.

■ Impulsionar o intercâmbio no terreno local, entre atores que participam em experiências concretas, como forma de capacitação e auto-formação solidárias.

■ Respeitar e valorizar a diversidade de gênero, idade, etnia e cultura e resgatar os aspectos femininos inerentes à condição humana, especialmente na crítica às formas de poder-dominação patriarcais para alimentar o desenvolvimento do poder como capacidade, responsabilidade e serviço.

■ Articular estratégias educativas para que as mulheres venham a ocupar espaços de gestão e direção, tradicionalmente reservados aos homens e que possam compartilhar com eles todas as decisões. Conseguir que se rompa com os conceitos relativos às ocupações profissionais tradicionalmente ligadas aos gêneros.

■ Ter em conta os meninos, meninas e jovens como protagonistas reais do processo de formação e também como portadores de contribuições em trabalho, idéias, conhecimentos, valores, sonhos e personalidade própria.

■ Promover a criação de berçários de empreendimentos autogestionários juvenis.

■ Lutar pela implantação da educação integral em todos os espaços: formais, não formais e alternativos.

■ Assegurar que os educadores tenham acesso a uma formação continuada, apoiada na reelaboração e resgate dos valores e práticas essenciais ou inerentes à educação integral.

■ Promover programas educativos específicos para os setores mais marginalizados da sociedade, enquanto isto for necessário, até que se consiga a sua inclusão social.

■ Promover a pesquisa e a reformulação de programas e currículos a partir da perspectiva da educação integral, solidária e cooperativa.

Assessoria e Serviços

Objetivo - A assessoria é um serviço que busca garantir a autogestão dos grupos e promover sua

condição de sujeitos do seu próprio desenvolvimento e da sua própria educação, não devendo se permitir nem o assistencialismo nem a dependência.

Estratégia

- Utilizar metodologias acessíveis à compreensão dos grupos com quem se trabalha.
- Buscar a adequação dos materiais com as características particulares dos grupos.
- Trabalhar a consciência organizativa para assegurar o pertencimento ao grupo.
- Considerar a organização como um processo transversal que cruza tudo o mais.
- Formação de quadros e promotores que possam socializar o que se aprendeu.
- Faturamento e cobrança do serviço, em termos de valor real. Informação transparente sobre o custo:

- ▶ melhora o serviço;
- ▶ valoriza-se a assessoria.

- Processos de intercâmbio de experiências entre grupos que realizam ações similares.
- Promoção de redes de produtores, buscando e fomentando sua independência e sustentabilidade.
- Intercâmbio de materiais e experiências.

Grupo Comercialização

1. Manter contato entre as pessoas membros do grupo, através de correio eletrônico uma vez a cada mês ou no máximo a cada dois meses.

- 1.1. Temos interesses convergentes
- 1.2. Que o encontro seja a cada dois anos
- 1.3. Compromisso de contato e apoio direto entre experiências de países.

Grupo Assessoria e Serviços

1. Estabelecer pontos de referência, animadores por eixos temáticos. Poderia ser:

- 1.1. Jovens
- 1.2. Cooperativas
- 1.3. Sindicatos
- 1.4. Excluídos
- 1.5. Microempresa
- 1.6. Desenvolvimento local

2. Trocas bilaterais, contemplando a possibilidade de visitas mais prolongadas às organizações parceiras.

3. Internet, web, correio eletrônico, noticiários.

4. Trocas de publicações, revistas, boletins; publicar artigos nas publicações uns dos outros, reprodução de materiais, ...

Grupo Educação

Continuidade por grupo temático: estabelecemos numerosos e ricos contatos bilaterais para continuar trabalhando depois do Encontro.

1. A Educação como eixo temático ficou insuficientemente enfatizada durante o Encontro, pois não nos havíamos preparado adequadamente antes.





2. No Encontro a troca foi muito rica e nos permitiu constatar que todos os grupos fizeram referência a ela.

3. Portanto, acreditamos que no pós-Encontro devemos trabalhar concretamente em pesquisa, intercâmbios e elaboração de temas pedagógicos.

4. Devemos manter contatos de todo tipo (informática, telemática, visitas, etc.) para avançar.

5. Pedimos a todas as organizações que tenham um enfoque educativo (mesmo que não sejam organizações educacionais) que contribuam com materiais, documentos, etc., para enriquecer os debates.

6. Consideramos que num futuro Encontro a educação deverá ter peso específico superior e que deve ser debatida como tema por todos os grupos.

7. Gostamos muito de constatar que a educação integral foi considerada como elemento fundamental na nova sociedade e para os que

trabalhamos neste âmbito, é algo novo e muito enriquecedor.

Grupo Sindicalismo - Produção Urbana, Produção Rural

Intercâmbios bilaterais gerais - Fórum alternativo

1. Geral

11. Não determinar periodicidade rígida, mas adotar um espaço mínimo de dois anos.

12. A decisão de realizar outro Encontro dependerá do país organizador e de suas necessidades, e prévio consenso dos outros.

13. Os temas e o país organizador deveriam ser decididos na conclusão de cada Encontro.

14. Manter coordenação permanente.

15. Fórum Europa - Estado Espanhol - CASAL

16. América do Sul - Brasil - PACS ou CASA

17. América Central - México ou Nicarágua - CIPRES ou FAT/RMALC

2. Por Países

Coordenação entre nações e coletivos que permitam pré-Encontro, Encontro e pós-Encontro.

2.1. Pré-Encontro: elaborar apresentações sobre os temas do próximo Encontro.

2.2. Isto permitirá que a contribuição ao Encontro seja fruto de um processo local de discussão e debate.

2.3. Fórum Alternativo cibernético nos permitirá trocar os documentos elaborados.

3. Encontro: uma dinâmica mais fluida e ágil, com contribuições mais elaboradas e conhecimento prévio dos diferentes pontos de vista.

4. Pós-Encontro: servirá para refletir e valorizar a experiência.

4.1. Com esta metodologia acreditamos poder reduzir os dias de duração do Encontro e o custo do mesmo, e assim facilitar a participação de mais companheiros.

5. Como usar o que produzimos?

5.1. Elemento de trabalho: fomentar a discussão e a socialização dos distintos temas tratados.

Grupo Crédito

Possíveis Caminhos pós-Encontro

1. Coisas a fazer a partir de agora:

1.1. Introduzir este debate nos âmbitos em que atuamos (extra-financeiros), incluindo a reflexão de como o microcrédito é também um instrumento utilizado pelo Banco Mundial com objetivos bem diferentes dos daqueles que dele necessitam.

1.2. Trocar metodologia e tecnologia entre nós de forma aberta e fechada.

1.3. Trocar documentação sobre finanças alternativas.

2. Coisas a fazer a prazo:

2.1. Processo de identificação em cada país de quem somos e organização de reuniões para aproximação pessoal (até fins de 1998).

2.2. Fórum de instituições que acreditam no conceito de crédito solidário (instrumentos financeiros cooperativos) e dentro dele trocar tecnologias, reflexões, práticas (junho-julho 1999).

2.3. Que acabemos fazendo dele uma Rede (ano 2000).

3. Coisas para conseguir investigar:

3.1. Ver o impacto do crédito, pôr em comum estas observações, pesquisas.

3.2. Troca de informações sobre os usuários do crédito.

■ LEMAS:

“Somos o sangue do organismo vivo da economia social”

“Temos que ser eficientes e auto-sustentáveis”

Bolívia enviará fichas com o modelo do Encontro.

Grupo Desenvolvimento Local

1 No âmbito do desenvolvimento local

1.1. Fazer circular a informação sobre as experiências concretas (via Internet e outros meios). Um ponto de partida pode ser a própria sistematização das fichas- experiências que contribuíram para o Encontro.

1.2. Promover contatos e interconexão das experiências em cada país e na área da

América Latina no sentido de promover redes em cada país ou zona.

1.3. Promover encontros específicos.

1.4. Promover encontros bilaterais e visitas que permitam apoio mutuo entre experiências.

2 No âmbito mais amplo

2.1. Dar continuidade ao esforço de coordenação iniciado e pensar no novo encontro a partir dos próximos dois anos.

2.2. Utilizar o marco da Aliança, mas manter nossa autonomia e dinâmica própria, a partir de uma perspectiva de complementaridade.

3. O que fazer com os materiais

3.1. Fichas:

3.1.1. Dossiê que chegue a todos os participantes do Encontro

3.1.2. Reelaborá-las, sistematizando-as por áreas, para editá-las e permitir que circulem junto com os outros documentos do Encontro.

3.2. Com os documentos:

3.2.1. Editar um dossiê com os documentos como material de trabalho para utilizar em nossas organizações e poder compartilhá-lo.

3.2.2. Internet.

3.2.3. Avaliar a possibilidade de uma publicação mais sistematizada, a médio prazo.

Grupo Aliança Século XXI

Pós-Encontro:

1. Produzir fichas simples sobre os temas macro.

2. Contribuir para enriquecer e procurar acumular no plano metodológico (como fazer).

3. Agilizar as formas e fluxos de comunicação entre nós, aproveitando os espaços já criados.

4. Utilizar as redes temáticas já construídas em cada canteiro do Pólo e intercruzar as redes.

5. Utilizar os sítios web como instrumento para mostrar que a Socioeconomia Solidária já é um caminho alternativo.

6. Produzir boletins e publicações periódicas.

7. Organizar encontros.

8. Utilizar os meios de comunicação, buscando aprender sua técnica e utilização habitual.

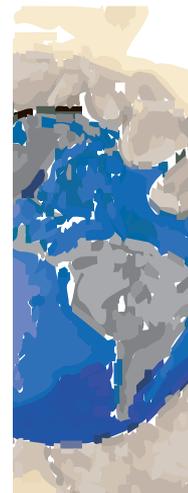
8.1. Deixar fluir a comunicação e discussão sem que se gere um controle da informação. Esta deve chegar por qualquer meio de inter-relação e espaço em que a pessoa se torna agente de mudança.

9. A idéia-chave para o pós-Encontro deve ser o indivíduo como parte da experiência de cada coletivo. Daí a importância de criarmos redes, nas quais ele compartilha a responsabilidade de construir o processo e fazer fluir a comunicação orientada para a transformação da sociedade.

10. Partindo das experiências de autogestão, avaliar a possibilidade de que em cada país se proponha uma equipe de pessoas para fazer a animação.

11. Organizar-nos por áreas temáticas e setoriais.

12. Promover visitas recíprocas e contatos



diretos para transcender a impessoalidade da informática.

13. Esforçar-nos para articular entidades sociais nas cidades, buscando formas adequadas de comunicação entre elas.

14. Fazer uma lista (diretório) das experiências para contatos diretos entre elas.

Carta de Porto Alegre

Nós fazemos parte de organizações e entidades da Socioeconomia Solidária. Vimos trabalhando há muitos anos em cooperativas e grupos associativos urbanos, industriais e de serviços, rurais e de produção agrícola, empresas autogestionárias, organizações sindicais, redes de comercialização, centros educativos, associações de solidariedade recíproca e governos locais. Como um passo adiante neste processo, nos encontramos para reforçar ainda mais as redes de intercâmbio e cooperação, e ao mesmo tempo avaliamos nossa eficácia, os efeitos e o significado profundo do que estamos fazendo.

Somos mais de cem pessoas - mulheres, homens, jovens, crianças trabalhadoras, profissionais de vários campos, trabalhadores rurais, urbanos e representantes de governos locais, de ambos os lados do Atlântico. Procedemos de povoações, comunidades e de nações da América Latina (Argentina, Brasil,

Bolívia, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, México, Nicarágua, Peru, Uruguay e Venezuela) e da União Européia (França e Estado Espanhol).

Juntos constatamos que, apesar da distância e das distintas circunstâncias das nossas respectivas realidades, o peso da economia capitalista globalizada e do seu modelo de funcionamento comporta semelhantes situações de injustiça social e econômica e implica uma ameaça permanente à vida da humanidade e do Planeta.

Este modelo econômico gera desemprego crescente e generalizado, formas antigas e novas de exploração, especialmente da infância, dos jovens e das mulheres, situações de miséria e carência dos meios materiais básicos para uma vida digna dos seres humanos. Além da insatisfação, da falta de perspectivas, do desperdício dos talentos e valores de milhões de pessoas que



só são consideradas como meros objetos de produção consumo e tributação, juntamente com a destruição da diversidade cultural e do meio ambiente.

Por que não sermos protagonistas de um trabalho criativo e satisfatório, que esteja livre de toda opressão e exploração e que produza aquilo que nos faz falta para satisfazer todas as nossas necessidades, culturais, físicas, espirituais, afetivas e relacionais?

Por que produzir só em função de um mercado injusto, depredador e especulativo, renunciando a gerir a produção e a economia a serviço de nós próprios, de toda a cidadania e de todos os povos do nosso Planeta, assim como das gerações futuras?

Por que delegar a gestão de âmbitos tão importantes das nossas vidas, como a saúde, a educação, o urbanismo, a moradia, o trabalho e a gestão dos nossos recursos econômicos?

Por que subordinar-nos aos ditames das empresas transnacionais, aos Estados e instituições internacionais identificadas com interesses corporativos e excludentes se, com nossa união e força coletiva, podemos conformar espaços públicos, Estados e ou-

tras organizações a serviço do empoderamento da sociedade, para que esta se transforme em protagonista do seu desenvolvimento de forma autônoma e autosustentável?

Nossa proposta é a Socioeconomia Solidária como forma de viver que abrange a integralidade do ser humano e que anuncia uma nova cultura e uma nova forma de produzir para satisfazer as necessidades de cada ser humano e de toda a humanidade.

Constatamos que nossas experiências têm muitas coisas em comum: motivações de justiça, lógicas de participação, criatividade e processos de autogestão e autonomia. Pudemos comprovar a força real que têm as pessoas e comunidades humanas quando:

- empreendem iniciativas de produção com um sentido positivo do trabalho, para desenvolver-se plenamente como pessoas livres, que sabem por que e para que trabalham e produzem, e para responder as necessidades de toda a população, respeitando a natureza;
- se organizam e decidem controlar o destino de todos os seus recursos, inclusive os financeiros;
- se organizam e coordenam para exercer o enorme poder que supõe consumir de maneira cons-

ciente e sustentável, controlar a qualidade dos produtos e serviços e promover relações econômicas justas, solidárias e responsáveis em todos os elos da cadeia de produzir, distribuir, comercializar e consumir;

‣ vivem como pessoas coerentes que vão se transformando e mudando suas atitudes e modos de relação, paralelamente à ação que empreendem pela transformação social.

Acreditamos que como as nossas, há um sem-número de experiências positivas em todo o mundo, que propõem mudanças de funcionamento importantes na forma de participar na economia, na cultura, na política e, em geral, nas relações da sociedade.

Por isso queremos compartilhar com todas as pessoas que já estão comprometidas e motivadas neste sentido e recordar a importância de nos articularmos e reforçarmos nossas experiências. E, àqueles que ainda não o estão, animá-los a que se organizem livremente junto aos seus concidadãos e condidadãs para fazer uma sociedade em que seja possível desfrutar da vida, construir relações solidárias e irmãs e sorrir cada manhã porque estamos assumindo a responsabilidade de gerir nossas vidas e enchê-las de sentido e de amor.

Participantes no Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias

Porto Alegre, 9-8-98

O Encontro de Porto Alegre foi promovido pelas seguintes entidades:

Aliança por um Mundo Responsável e Solidário - Pólo de Socioeconomia Solidária

CASA - Coletivo Autônomo de Solidariedade Autogestionária, Rio Grande do Sul, Brasil

CASAL - Colectivo Autónomo de Solidaridad con el Area Latina, Espanha

FACCTA - Federación Autónoma de Cooperativas Catalanes y de Trabajo Asociado, Cataluña

FCTAC - Federación Cooperativa de Trabajo Asociado de Cataluña

PACS - Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rio de Janeiro, Brasil



Anexo 2 - Lista de Participantes Encontro 1998 / Listajen de Participantes del Encuentro

Nome / Nombre	Entidade / Entidad	Origem / Oríjen	Nome / Nombre	Entidade / Entidad	Origem / Oríjen
1. Rosana Tonar	Organização	Viamão	28. Fabio Iacomini	Terra Nuova	Chile
2. Adelmir Gaiardo	CONCRAB	RS	29. Francisco Lara	CAPINA	RJ
3. Alcindo Gonçalves Cunha Júnior	COOPE	RJ	30. Frank Volcan	CASA	Porto Alegre
4. Alex	Coop. Pé da Terra	RS	31. Geovane de Freitas	CENTRACOOP	Pará
5. Alexandra Esteban	Colectivo Ronda	Barcelona	32. Gilberto da Silveira	Sindicato CEEE	RS
6. Altagracia Villarreal Santos Chilo	Coalición Rural	México	33. Gilberto Pelizzoli	Organização	Porto Alegre
7. Ana del Río	CASAL	Barcelona	34. Gracia Busqui	La Mata	Barcelona
8. Ana Losada	Ateneo Cultura Popular	Cartagena	35. Haroldo	Cáritas	Pará
9. Ana Veronica Ramos	CEPAS	Bolívia	36. Hélio Marchioro	CESMA/ICODES	Santa Maria
10. Andreu Junoy		Barcelona	37. Henryane de Chaponay	CEDAL	França
11. Anna Mª Ginestá	I.B.Pompeu Fabra	Barcelona	38. Homero Viteri Chavez	MCCH	Equador
12. Antoni Palacín	Clínica Unidad Dental	Barcelona	39. Humberto Girardi	Sicredi	Porto Alegre
13. Antônio Carlos Pinheiro	Organização	Porto Alegre	40. Humberto Ortiz Roca	CEAS y GES	Peru
14. Antonio Villalba Granados	RMALC	México	41. Inês Bernal	Organização	Porto Alegre
15. Aurora Bailón	Quidbó	Colômbia	42. Irmã Maria de Jesús	MCCH	Equador
16. Bernardo González Rodarte	UNAPA	Nicarágua	43. Isabel Casado	Aytmo. Barberá Vallés	Barcelona
17. Carmen Díaz	Colectivo Ronda	Barcelona	44. Jesus Anibal Cordoba	ACIA	Colômbia
18. Cleusa Prates	Organização	Porto Alegre	45. Jesús Salmerón	ProEmpleo	Cartagena
19. Concha Ongil	Hospital 1º Octubre	Madrid	46. Joan Luis Jornet	Colectivo Ronda	Barcelona
20. Denise Laitano	Organização	Porto Alegre	47. João Reus	Organização	Porto Alegre
21. Eduard Lucas	Hospital San Pablo	Barcelona	48. Jordi Via	ARC Cooperativa	Barcelona
22. Eligio Medina	LUCAS	Barcelona	49. José Luis Coraggio	Inst. Del. Conurbano	Argentina
23. Etza Kraischete	CEADE/CESE	Bahia	50. Josenilto Lacerda Vasconcelos	ASSOCENE	Pernambuco
24. Enrique del Río	ProEmpleo	Madrid	51. Josep Manté	Colectivo Ronda	Barcelona
25. Eraldo José de Souza	Polo Sindical	Pernambuco	52. Josep Maria Vilaseca	COP57	Barcelona
26. Ester Vidal	Horitzó	Barcelona	53. Jurema da Silva Constâncio	Coop. Shangri-lá	RJ
27. Evaldas Stauede	COOPARJ	RJ	54. Leticia Ferreira	Organização	Porto Alegre

Anexo 2 - Lista de Participantes Encontro 1998 / Listajen de Participantes del Encuentro

Nome / Nombre	Entidade / Entidad	Origem / Origen	Nome / Nombre	Entidade / Entidad	Origem / Origen
55. Luís Antônio Pasquetti	MST	Brasília	82. Patrícia Cruzado	NATS - MANTHOC	Peru
56. Luis Francisco Verano Paez	COLACOT	Colômbia	83. Paulo Antônio Wilk	COOPASUL	RS
57. Luis Hidalgo Valdivia	PET	Chile	84. Pedro Martos	Aytmo. Cartagena	Cartagena
58. Luis Antônio Pinheiro	Organização	Porto Alegre	85. Philippe Amouroux	Fund. para el Progreso Humano	França
59. Luiz Gambim	CECOOPH	Porto Alegre	86. Reina Maura Muro Ramirez	Federación Mujeres Cubanas	Cuba
60. Luiz Humberto Verardo	ANTEAG	RJ	87. Roque Graziola	Fund. Solidariedade	Porto Alegre
61. Manuel Romera	Coop. Gramagraf	Barcelona	88. Ruben Prieto	Comunidad del Sur	Uruguai
62. Márcia Freire	Fundação Matutu	Minas Gerais	89. Salvador Balancer	Coop. Molmatric	Barcelona
63. Marcos Arruda	PACS	RJ	90. Sandra Mayrink Veiga	FASE Nacional	RJ
64. Margarida Mª de Souza Pinheiro	CETRA	Ceará	91. Sandra Quintela	PACS / RECOPA	RJ
65. Maria Eugênia Urrestarazu Silva	Intérprete	RJ	92. Sandra Zahonero	Colectivo Ronda	Barcelona
66. María Majó	I.B.Thos i Codina	Barcelona	93. Teresa Lucena	Organização	Porto Alegre
67. María Ruiz	SIMON	Barcelona	94. Ubirajara Rodrigues da Silva	CCAP	RJ
68. Maria Sueli Buss de Sousa	CADTS	RJ	95. Valéria Barreto	Mãos Mineiras	Minas Gerais
69. Marta Arruda	Intérprete	RJ	96. Víctor Canosa	Estudiante Arquitectura	Barcelona
70. Miguel Rosales	EFIP	Venezuela	97. Xavier López	FCTAC	Barcelona
71. Milagros Vicente	Bufete Masaya	Nicarágua	98. Edson Leonardo Pilatti	Eco. Pop. Solidária	Caxias do Sul
72. Milton Zimmer	Parauapebas	Pará	99. Roque Graziola	Fund. Solidariedade	Porto Alegre
73. Nati Alarcón	Hosp. Stª Mª del Rosel	Cartagena	100. Paulo Antônio Wilk	COOPASUL	RS
74. Nelsa Inês Nespolo	UNIVENC	Porto Alegre			
75. Neuza Ribeiro	Organização	Porto Alegre			
76. Luiz Guilherme Belletti	CODESOL	RS			
77. Nuria del Río	ProEmpleo	Madrid			
78. Oraida Parreiras	CEDAC	RJ			
79. Otávio Urquiza Chaves	ARCOO	Porto Alegre			
80. Paco Hernández	Cabraboc	Barcelona			
81. Padre Graziano	RELACC	Equador			